

ECONOMIA



Passados já os primeiros cinco meses de governo Bolsonaro, a economia brasileira segue em depressão, cada vez mais próxima de um novo mergulho recessivo. As expectativas do dito mercado derretem semana após semana e já se especula sobre o comprometimento do crescimento econômico de 2020. É o neoliberalismo mostrando do que não é capaz. A insistência com os cortes de gastos públicos e a manutenção da taxa Selic em patamar elevado faz drenar a demanda agregada, postergando os vislumbres de recuperação que apenas algumas semanas atrás estampavam as manchetes engajadas da mídia corporativa.

Economia segue em depressão

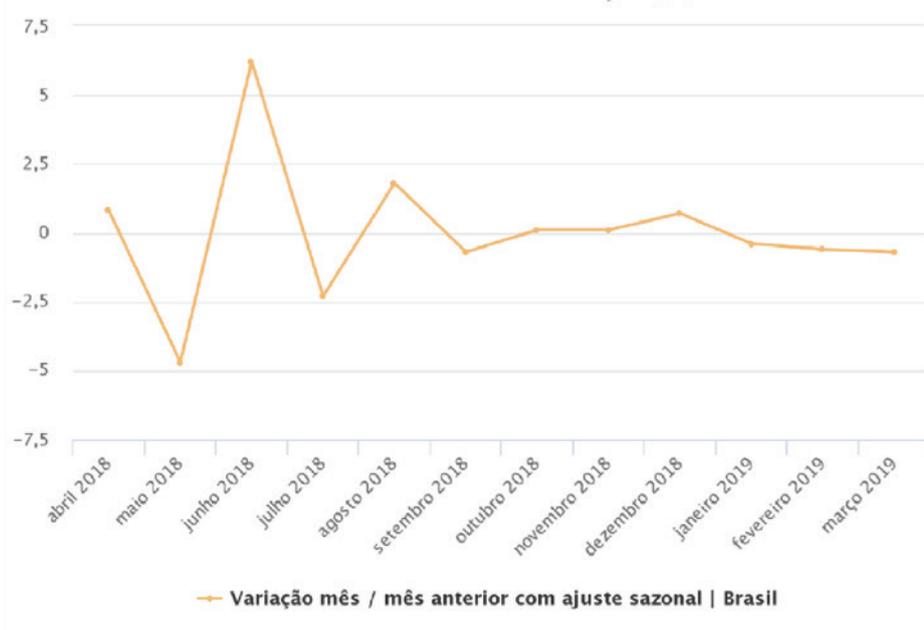
Nível de Atividade

A cada mês que se completa no calendário de 2019 pioram as expectativas quanto à possibilidade de dinamização da atividade econômica do país. Entre as consultorias que colaboram semanalmente com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, há treze semanas consecutivas registram-se quedas nas projeções de crescimento do PIB. Não são poucos, inclusive, os consultores dos grandes bancos privados que estimam um crescimento do PIB em 2019 inferior à taxa de 1,1% registrada pela economia brasileira no último ano.

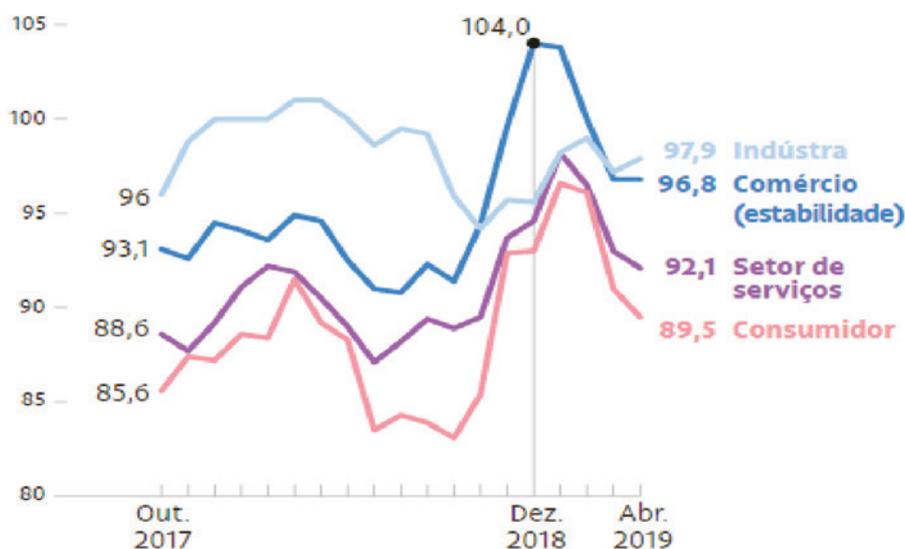
Com exceção das vendas do comércio varejista, que tiveram leve crescimento de 0,3% na passagem de fevereiro para março (na série com ajust-

te sazonal) - mas que sofreram uma contração de 4,5% quando comparadas a março de 2018 - os demais grandes setores da economia permanecem no campo negativo. O volume total dos serviços, por exemplo, caiu 0,7% em março em relação ao mês imediatamente anterior, anotando a terceira queda consecutiva do ano (veja no gráfico 1).

Já a produção industrial, certamente o setor qualitativamente mais relevante para o desenvolvimento nacional, sofreu forte queda no mês de março deste ano, registrando uma contração de 1,3% em relação a fevereiro e de 6,1% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a produção industrial diminuiu 2,2% no primeiro trimestre, isto é, nos três meses inaugurais do governo Bolsonaro.

GRÁFICO 1 - Índice de volume de serviços (Brasil, abril/2018 a março/2019)

Fonte: IBGE - Pesquisa mensal de serviços

GRÁFICO 2 - Indicadores de confiança (Brasil, out/2017 a abr/2019)

Fonte: FGV

Comércio Exterior

Considerando-se a totalidade das operações de nosso comércio exterior realizadas desde o início deste ano até a terceira semana de maio, registrou-se um saldo comercial (diferença entre exportações e importações) de 20,1 bilhões de dólares, o que significa uma redução de 12,1% em relação ao saldo comercial acumulado no mesmo período de 2018.

Além da queda em relação ao ano anterior, outra

tendência negativa que vem sendo observada é uma preocupante perda de participação de produtos de maior intensidade tecnológica na pauta exportadora. Ao comparar os quatro primeiros meses de 2019 ao mesmo conjunto de meses de 2018, observam-se quedas nas exportações de produtos de alta tecnologia (-0,69%), de média-alta tecnologia (-17,55%) e de baixa tecnologia (-5,56%). Em compensação, foram observados pequenos crescimentos tanto na participação dos produtos não-industriais (+2,64%) - que

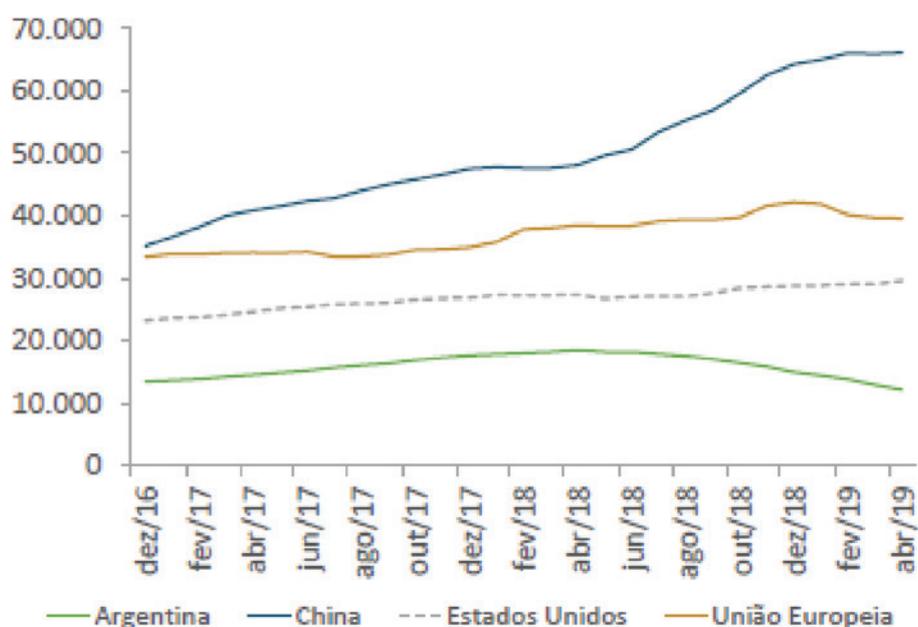
atualmente representam 40,6% de todas as exportações - quanto dos produtos de média-baixa tecnologia (+3,61).

Já a análise da evolução das exportações brasileiras por principais países registra uma tendência que caminha no sentido contrário às prioridades que têm sido perseguidas pelo Itamaraty desde que Bolsonaro tomou posse. A China não só se mantém como o principal destino, respondendo por 27% do total (US\$ 19,3 bilhões entre janeiro e abril de 2019), como tem ampliado de forma acelerada a aquisição de produtos brasileiros. Como bem se nota no gráfico 3, em um período de pouco mais de dois anos, praticamente dobrou o valor total das exportações brasileiras para o gigante asiático.

Em compensação, enquanto as exportações para os EUA e a União Europeia crescem a um ritmo vegetativo, as vendas para a Argentina apresentam um importante declínio desde meados do ano passado, quando as barbearagens do neoliberalismo de seu presidente Mauricio Macri lançaram o país em uma grave crise externa, com efeitos imediatos sobre a capacidade de importação do nosso vizinho andino.

Reunido esse conjunto de dados relativos à trajetória recente da pauta comercial, cabe ressaltar as insensatas prioridades políticas do Itamaraty, cujo ministro se dedica a tensionar as relações com a maior e mais promissora parceria comercial do Brasil.

GRÁFICO 3 - Exportações brasileiras por principais países (dez/2016 a abr/2019)
(em US\$ milhões)



Nota: Dados acumulados em doze meses

Fonte: Ministério da Economia

Inflação e política monetária

Embora a taxa de inflação anual - Índice de Preços ao Consumidor Agregado (IPCA) - continue em patamares seguros e ainda abaixo da meta anual perseguida pelo Banco Central, nos primeiros quatro meses deste ano foram observadas taxas mensais ligeiramente superiores àquelas apuradas nos mesmos meses do ano

anterior (veja gráfico 4). Esse comportamento em boa medida resulta da combinação de elevação dos preços dos alimentos (principalmente de hortifrutis que foram prejudicados pelas circunstâncias climáticas deste início de ano) e dos combustíveis, que, com o novo governo, voltaram a subir em consonância com as variações do valor do barril de petróleo no mercado internacional. O Banco Central, por seu turno, mesmo

**GRÁFICO 4 - Evolução da Inflação
IPCA - comparativo 2018 x 2019**



Fonte: IBGE

ciente de que não há risco de um repique inflacionário, tem se mantido inflexível em sua política monetária, fazendo ouvidos moucos a um crescente coro de críticos - inclusive de ex-presidentes do Banco Central - que consideram um equívoco incompreensível pagar juros reais acima de 2,5% ao ano em meio a uma conjuntura de profunda depressão econômica como a que o país atravessa.

Contas Públicas

Obrigado pela crise a rever suas estimativas de receita para o ano de 2019, o governo tem sinalizado que precisará pedir uma suplementação orçamentária da ordem de 248 bilhões de reais para dar conta das suas

obrigações constitucionais. Ocorre que o orçamento definido pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano corrente não é suficiente para arcar com cerca de cinco meses de despesas do INSS, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família. Por conta disso, o governo já se movimenta para aprovar a referida suplementação, contando, além disso, com a entrada de receitas extraordinárias que devem ser efetivadas até o fim do exercício.

A despeito da insistência na austeridade fiscal e dos embates em torno das áreas que deverão sofrer cortes, o déficit nominal do setor público consolidado alcançou 7% do PIB nos doze meses encerrados em março deste ano, enquanto a dívida bruta do setor público segue em elevação, atingindo 78,4% do PIB.